



A existência em pauta: uma problematização a partir do crime socioambiental na bacia do Rio Doce

Bruna Neitzel Sepulcri – Senai

Martha Tristão – Ufes/CNPq

Rosinei Ronconi Vieiras – Ufes/Capes

RESUMO: O artigo tem como objetivo problematizar o modelo econômico desenvolvimentista/produtivista colocando em discussão a própria noção de desenvolvimento presente hoje na maioria das sociedades contemporâneas. Levanta a possibilidade e necessidade de potencializar diferentes racionalidades e modos de existências plurais que não estejam conformados com a lógica instrumental e reducionista baseada num modelo cujo padrão estabelecido *a priori* é impositivo e excludente. Nos envolvemos com o maior crime socioambiental brasileiro, ocorrido na bacia hidrográfica do rio Doce, localizada nos territórios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Reconhecendo a incompletude de qualquer método, lançamos mão de alguns procedimentos, tais como: a escuta sensível, a observação, as produções narrativas e, também, nossa experiência empírica. Nessa rede de experiências e vivências compartilhadas percebemos que o medo que se instalou desde os primeiros dias do crime socioambiental ainda persiste dos moradores.

Palavras-chave: crime socioambiental; modos de existência; desenvolvimento

ABSTRACT: The article aims to problematize the economic model developmental / productivist economic model by putting into discussion the very notion of development present today in most contemporary societies. It raises the possibility and necessity of potentializing different rationalities and modes of plural existences that are not conformed to the instrumental and reductionist logic based on a model whose pattern established *a priori* is imposing and excluding. We are involved in the largest Brazilian social and environmental crime, occurring in the Doce river basin, located in the territories of the states of Minas Gerais and Espírito Santo. Recognizing the incompleteness of any method, we use some procedures, such as: sensitive listening, observation, narrative productions, and also our empirical experience. In this network of shared experiences we realize that the fear that has settled since the first days of the social-environmental crime still persists of the residents.

Key words: socioenvironmental crime; modes of existence; development



INTRODUÇÃO

A história da colonização do Brasil é marcada por um longo processo de exploração, já bastante analisado e discutido por vários pesquisadores/estudiosos de diferentes áreas. Exploração essa realizada sob diversas formas e sobre os diferentes elementos: humanos e não humanos.

No rumo dessa perspectiva, encontra-se a problematização realizada em torno da relação que determinado modelo e/ou forma de desenvolvimento – com as perspectivas que os acompanham – possuem com os diferentes desastres e/ou crimes socioambientais que se manifestam no contemporâneo.

Muito embora tais crimes e/ou desastres socioambientais não sejam exclusividade de um determinado espaço-tempo, acreditamos que nas sociedades industriais, sejam essas das civilizações ocidentais ou não, tais fatos passaram a ocorrer com maior intensidade e agravamento.

O ensaio/artigo em questão envolve-se com um desses crimes socioambientais ocorrido em uma importante bacia hidrográfica da região Sudeste do Brasil, cujo rio principal chama-se Doce. Nessa bacia, ocorreu um dos maiores crimes socioambientais do mundo, desencadeando uma série de consequências inimagináveis e suscitando diversas problematizações em torno de diferentes áreas do conhecimento.

Este ensaio apresenta problematizações acerca da ideia/noção de desenvolvimento que se tem propagado e se instaurado nas sociedades. Essa problematização é realizada acompanhando algumas ideias do pensador francês Edgar Morin (2001) em torno desse conceito e/ou noção juntamente com suas implicações.

Na esteira da problematização em torno dessa perspectiva de desenvolvimento que prioriza o econômico em detrimento do humano e do não humano, procuramos realizar algumas ressignificações em torno das noções de “maior” e “menor” apresentada pelos pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011). Nessas ressignificações aproximamos o modelo de desenvolvimento produzido pela máquina capitalística da noção de “maior” por representar determinada hegemonia nas relações assimétricas de poder.

Os estudos e as observações realizados ao longo da pesquisa nos proporcionaram o conhecimento de outros modos de existência que insinuaram diferentes maneiras de se relacionar com o espaço e/ou diferentes configurações e dinâmicas territoriais ou socioespaciais. Relações essas que, mesmo não destronando o “império” do mercado globalizado com sua lógica em torno do lucro a qualquer custo, produziram e apresentaram desvios possíveis, pequenas resistências, mesmo que minúsculas e inaparentes.

De outra forma ou no seu inverso, poderíamos dizer que, se esses modos “minúsculos” e “menores” de existir não foram capazes de imprimir outra lógica de produção e/ou relações, ao mesmo tempo, o modelo hegemônico “maiusculo”, “capital” e “maior” vem dando mostras daquilo que não foi capaz: produzir mundos acessíveis a quem mais precisa, produzir, reduzir o abismo da desigualdade e fortalecer a valorização da diferença e das singularidades, valorizar a vida nas suas diferentes manifestações, respeitar os ciclos vitais dos ecossistemas em detrimento da ganância financeira, etc.

Este ensaio/artigo, portanto, procurou afastar-se de determinações e tampouco buscou por modelos a serem seguidos, mas objetivou problematizar as possibilidades de mundos e modos de existências presentes em nosso contemporâneo, bem como suas



implicações na dinâmica da vida. Dessa forma, acreditamos estar contribuindo com a produção de outros caminhos possíveis na contramão do modelo hegemônico.

UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento ignora o que não é nem calculável e nem mensurável, ou seja, a vida, o sofrimento, a alegria, o amor, e sua única medida de satisfação se encontra no crescimento da produção, da produtividade, do lucro monetário (MORIN, 2011, p. 77).

Alguns estudiosos da história ecológica da Terra realizam algumas comparações interessantes. Uma delas, por exemplo, aborda o elemento tempo e demonstra a intensidade e a velocidade em que ocorreram as alterações/modificações do espaço e de deterioração de elementos e bens naturais a qual o planeta e o meio foram submetidos apontando que, em termos de tempo geológico, essa sociedade industrial, representa poucos segundos da história do planeta. Ou seja, nesses poucos segundos, o aparato tecnointustrial produzido foi capaz de retirar, alterar e consumir uma quantidade de bens naturais muito maiores do que o ciclo natural é capaz de repor.

A demanda por matéria-prima, pelos bens naturais e energéticos necessários para o “desenvolvimento”, foi justificativa para a exploração da natureza de forma violenta e brutal. Logo, a história da humanidade não deixa de ser marcada pela exploração do meio natural. Desde então e, principalmente, nas últimas décadas, confiante na ideia de uma natureza infinita que existe para ser submetida aos domínios do homem, tal exploração se apresenta mais intensa. Portanto, essa natureza deveria ser explorada ao máximo para promover o desenvolvimento humano, entendido separadamente da natureza.

A crença no progresso foi permissiva quanto às atrocidades cometidas contra o “meio ambiente”, em prol de um “desenvolvimento”, como nos alerta Morin (1995, p. 83): “Ligada à fé cega no irresistível avanço do progresso, a fé cega no desenvolvimento permitiu, de um lado, eliminar as dúvidas e, de outro, ocultar as barbáries praticadas no desenvolvimento do desenvolvimento”. Assim, o autor nos faz problematizar a própria noção de desenvolvimento e ainda nos mostra que: “[...] A noção de desenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento” (MORIN, 1995, p. 83). Esse pensamento põe em xeque a lógica de tempo linear, em que considerava o subdesenvolvimento como uma fase e, principalmente, a própria ideia que se tem do que seja desenvolvido ou subdesenvolvido. O autor ainda complementa que “[...] O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano” (MORIN, 1995, p. 108).

Em nome deste “progresso”, entendido como linear e unidimensional, a exploração se intensifica e com ela suas consequências. Ideia essa, parte de uma visão iluminista, que tem predominado em nosso meio, como bem observa o historiador brasileiro, José Augusto Pádua, ao se referir ao ideal desenvolvimentista presente no discurso nacional, que foi também o discurso teórico dominante: “Esse denominador comum foi essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista. Em suma, profundamente enraizado no ideário iluminista herdado do século XVIII [...]” (PÁDUA, 2004, p. 13).



Esse pensamento é, também, compartilhado pela historiadora Regina Horta Duarte quando nos lembra do emblemático caso brasileiro quando no: “[...] II Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado em 1974, durante o governo de Ernesto Geisel, negava qualquer intervenção ou limitação ao estágio de sociedade industrializada por pressões internacionais, sob o pretexto de conter a poluição” (DUARTE, 2005, p. 26). Ou seja, esse pensamento é representativo quanto à distinção instaurada entre “meio ambiente”, “economia” e “sociedade”. A “velha” dicotomia cultura/natureza se fazendo presente.

Essa forma de conceber o “desenvolvimento” tem provocado sérias consequências para toda a humanidade. Percebe-se a lógica fragmentária predominante nesse discurso. Essa lógica, que também, é uma lógica instrumental clássica, “[...] desencadeou uma clara divisão entre a evolução cultural humana e os processos naturais e ambientais, pautada na acumulação e na exclusão” (TRISTÃO, 2008, p. 27), corresponde a um modelo – que acreditamos ser predominante – decorrente de uma visão reducionista e fragmentária da vida.

MODOS DE EXISTÊNCIA MAIORES E MENORES

Antes de iniciarmos as discussões propostas neste capítulo, é importante enfatizar que minorias e majorias não implicam, necessariamente em um fator numérico quantitativo, mas sim a relação com um determinado padrão hegemônico de poder e/ou reconhecimento.

Acreditamos, também, ser relevante destacar que os modos menores ao qual nos referimos neste ensaio/artigo, referem-se aos diferentes movimentos sociais e “minorias” que foram impactadas de forma mais intensa, representadas, por exemplo pelos ribeirinhos pescadores, agricultores, por indígenas, dentre outros.

Os conceitos de “maior” e “menor”, que trazemos nesse ensaio estão embasados nas problematizações realizadas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011) quando discorrem sobre os universais e constantes presentes na estrutura linguística, colocando em xeque a ideia de uma homogeneidade estrutural em que a língua se limitaria. Embora a problemática discutida pelos autores se relacione à língua e à literatura, acreditamos que a problematização em torno das noções de “maior” e “menor” podem nos ser úteis para pensarmos as relações entre modelos e modos de desenvolvimento.

Como mencionado anteriormente, para os autores franceses, “maior” e “menor” não se opõe apenas de uma maneira quantitativa, segundo eles “[...] Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual é avaliada [...] A maioria supõe um estado de poder e de dominação, e não o contrário. Supõe o metro padrão e não o contrário [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2011 p. 55).

Fazendo um uso dessa análise, podemos dizer que um determinado modelo de desenvolvimento e de convivência com o espaço pode ser considerado, dentro dessa lógica, o “metro padrão” sob o qual outros devem se submeter. No entanto, esse modelo “maior” convive concomitantemente com outros modos “menores” que persistem em existir.

O modo “menor” de vida se constitui como uma variação contínua, um devir criativo de desvio de uma constante, logo numa pluralidade singular de práticas que se verificam nos modos de produção, nas relações com o espaço e nas maneiras de se



relacionar com o Outro¹. Modos e práticas que não se restringem aos ditames hegemônicos. Essas formas “menores” não reivindicam superioridade, apenas existência. Uma minoria, portanto, não se define pelo seu número/quantidade, mas pelo seu “desvio” em relação ao padrão, ao modelo.

Entretanto, salientamos que tal discussão não pode se limitar à demonização das empresas e, tão pouco, da mineradora responsável pelo crime ambiental ocorrido em Mariana. Essa forma de atuação, embora não se apresente mais aceitável do ponto de vista ético e socioambiental, não é exclusivo de uma empresa, mas próprio do modelo mercadológico atualmente presente.

Embora o contemporâneo apresente problemas urgentes e de proporções incalculáveis é necessário pensar para além do imediatismo. Parafrazeando Morin (1995, p. 164), ao discorrer sobre o imediato e o presente, salientamos que: “A política do imediato destina-se às situações de urgência, mas também aos preparativos de grande fôlego. A situação de urgência exige pragmatismo e uma política do mal menor; exige também uma inversão provisória de princípio”.

É nesse sentido que se coloca em questão a ideia “dos males o menor” onde, por consequência de uma crise econômica que tem provocado elevados índices de desemprego, admite-se determinadas agressões ecológicas que nos atingem como um todo – tanto humanos quanto não humanos – fazendo com que nos sujeitemos aos imperativos deteriorantes do mercado.

No caso de Mariana, por exemplo, a extração do minério de ferro representa na atualidade sua principal fonte geradora de empregos e receita pública. Embora a cidade mineira possua consideráveis atrativos históricos e turísticos, a fé no progresso e no desenvolvimento – entendido dentro de uma lógica consumista em que se produz o desejo e o acopla a capacidade do viver bem ao ter – atraiu multinacionais para o seu território com promessas de trazer melhorias de vida para a sua população.

Percebe-se em algumas narrativas locais um desejo pela volta das atividades da mineradora Samarco. As justificativas giram em torno da ideia de que a referida empresa promove a empregabilidade necessária e respectivos benefícios para a população que reside no município. Sem querer fazer juízo de valor, para não correremos o risco de cair na hipocrisia afirmando que essa forma de pensar e fazer não é correta, acreditamos ser mais interessante a problematização das diferentes possibilidades existentes.

Ao invés de homogeneizarmos uma determinada atividade e adotarmos uma única direção, quem sabe pensar a partir do que temos instaurado hoje em nossa realidade, em nosso presente.

POSSIBILIDADES OUTRAS...²

Antes de iniciarmos as discussões propostas para este capítulo, acreditamos ser interessante realizarmos algumas problematizações acerca de alguns descontentamentos em torno da problemática em questão. Desde já inferimos que tais problematizações não

¹ Esse Outro, nesse caso com letra maiúscula, refere-se tanto ao outro humano que não seja “Eu”, quanto ao conjunto de não humanos que engloba elementos como água, terra, vegetação, animais, etc.

² As reticências representam, neste capítulo, a possibilidade do devir, simbolizam a fuga das amarras do modelo/modo hegemônico de desenvolvimento, a abertura e possibilidades de outras inserções e continuidades, portanto, algo em processo.



visam despotencializar as possibilidades “menores”, entretanto retratam anseios, medos e questões complexas que norteiam nosso dia-a-dia, como por exemplo:

Que possibilidades nos restam diante de um cenário político-econômico dominado/controlado pelo capital de grandes corporações? Como vislumbrar outras possibilidades diante desse cerco produzido pelo capital em diferentes esferas/instâncias? Como engendrar outros processos e/ou arranjos coletivos/produtivos que não estejam subordinados ou submetidos à lógica perversa, predatória e excludente do capital?

Muito embora o capitalismo, nos últimos anos, tenha demonstrado sua capacidade adaptadora e agenciadora por meio da cooptação, sedução, fragmentação e captura, não mais apenas da força, mas também da inteligência e das ideias, é impossível não questionar onde essa cegueira capitalística, que só reconhece como importantes coisas que são mensuráveis por valores monetários, poderá nos levar.

É nesse sentido que se faz pertinente um movimento de reapropriação do território, na maneira como Leff (2016) nos apresenta. Uma reapropriação que é ao mesmo tempo uma reinvenção existencial, ou ainda, a reapropriação da própria vida, ou das condições para sua manutenção com dignidade.

Dessa forma, se é esse sistema um articulador poderoso de cooptação e sedução, da mesma forma, vem se mostrando, um poderoso veículo de destruição e subjugação. Se esse sistema é capaz de produzir subjetividades impregnadas pelo ideário do mercado, acreditamos que nesse processo de produção de subjetividades outros componentes/elementos podem – e vem – se inserindo. É o caso da Educação Ambiental como movimento capaz de engendrar outros processos. Participar do processo de produção de subjetividades que inspire e implique em outros modos de existir e se relacionar.

Esses outros modos de existir e se relacionar inspiram-se e aproximam-se tanto da perspectiva de Leff (2016) ao observar o ambientalismo como uma filosofia de vida, quanto de Tristão (2013) quando infere sobre a Educação Ambiental essa mesma perspectiva. Em ambos os casos, os autores apostam na possibilidade da constituição de sociedades responsabilmente sustentáveis e acreditam no importante papel que a Educação Ambiental tem a desempenhar nesse processo.

Na conjuntura do crime ambiental ocorrido em Mariana-MG, destacamos a ênfase midiática, governamental e jurídica dada a importância financeira da empresa responsável pelo crime. Ignoram-se outras instâncias “menores” de possibilidades de vidas, o meio ambiente e seus bens naturais em prol do discurso da necessidade de geração de emprego e renda.

Relevante também, é salientar que, mesmo com todo o avanço técnico-empresarial, não saímos da fase primária em que o Capital fixa em determinadas áreas sua base exploratória até a exaustão e sutilmente se retira, deixando o ônus de sua longa estadia a mercê da comunidade local, como se exemplifica em diferentes cidades em que sua riqueza mineral tornou-se sua agonia. Quantos municípios, comunidades e bens naturais não foram e estão sendo explorados em troca de uma oportunidade temporária? Mas como, diante de um cenário nada promissor, de “crise” – mesmo que produzida – ir de encontro à essa “oportunidade” e dizer não a esse modelo que se propagandeia a solução? Mas afinal, quanto vale a vida, retirada e/ou espoliada em sua capacidade de potência? Quanto custa as histórias e memórias apagadas pela lama?

Diante do crime socioambiental ocorrido e toda a problemática política e econômica que se evidenciou em torno deste, essas perguntas parecem não fazer



sentido, ou melhor, se despotencializam em sua capacidade de insinuar alguma mudança. Afinal, a perversidade com que o “sistema” realiza sua cooptação e fortalece sua posição se faz às custas do desemprego e de suas terríveis consequências.

Considerando que nascemos imersos num mundo em que uma determinada forma de produzir e se relacionar se hegemoniza e algumas “palavras de ordem” funcionam como “sentenças de morte” (DELEUZE; GUATTARI, 2011), ou seja, palavras como produtividade, competitividade, competência, lucro, custo, etc., tornaram-se a tônica do momento e engendram todo um sistema social tomado como único e como “verdade”, somente com desvios, rupturas e experimentações é que poderemos vislumbrar a organização de outros modos de existência e relações de convivência.

É nesse sentido que Deleuze e Guattari (2011, p. 61) apontam uma saída ou pelo menos um possível, “[...] Pois a questão não era: como escapar à palavra de ordem?, mas como escapar à sentença de morte que ela envolve, como desenvolver a potência de fuga [...]”. De forma semelhante, talvez a questão também seria a de não extirpar todo e qualquer empreendimento ou abolir o conjunto “produtividade-desenvolvimento-lucro”, mas sim a morte que esse conjunto é capaz de engendrar.

Morte essa que se evidenciou com o crime socioambiental ocorrido em Mariana. Um rastro de morte generalizada de vidas e de histórias, de apagamento da alegria, do lazer e do prazer. Alterações e impactos difíceis de mensurar, pois incidem sobre dimensões não apenas biofísicas e materiais, mas também imateriais, do campo afetivo e simbólico. Como mensurar, por exemplo, a perda de uma atividade na qual seu vínculo com ela ultrapassava a dimensão econômica? Muitas dessas situações ainda persistem, o que demonstra a amplitude incalculável das consequências desse crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior crime socioambiental do Brasil coloca em cheque a nossa existência enquanto cidadãos, afinal somos vítimas diretas, mas desconhecedores das negociações oficiais, dos reais impactos físico-químicos e biológicos desse crime e dos projetos para mitigação dos impactos. Enfim, para mídia, parece que somos apenas telespectadores de informações camufladas; para o Governo e seus representantes o mais importante é a volta das operações da Samarco, dessa forma diminuindo o desemprego e as consequências da “crise”; e ainda, assistimos a morosidade da justiça perante ao acontecimento com uma forte tendência a deliberações a favor da empresa.

Se o discurso propagado, principalmente pelas grandes mídias é o da necessidade de retorno da empresa e de sua imprescindível presença para os Estados e Municípios em que atua, o mesmo – ao menos da mesma forma e com toda essa ênfase – não pode ser dito pelos movimentos sociais e pelas minorias que sofreram com o impacto do crime por ela provocado.

Não é nada nova ou desconhecida a estreita relação que grandes corporações empresariais possuem com o sistema político e midiático no Brasil, seja por meio dos financiamentos de campanha e/ou pelos investimentos/controle de sistemas midiáticos. Já o desemprego, neste contexto, atuaria como um “amortecedor” para possíveis medidas restritivas, pois estas, significariam, segundo o discurso oficial, a potencialização do problema econômico nacional.



Dentro dessa perspectiva, o reforço do sistema é recompensado pela “crise”. Crise essa, muitas vezes produzida e necessária para manutenção do *status quo* na medida em que reforça uma suposta necessidade das corporações continuarem suas atividades e, o que é pior, muitas vezes, sem nenhuma responsabilização eficazmente comprometida socioambientalmente com o espaço e/ou comunidade em que atuam.

Com essa configuração político-econômica é que consideramos potencializar o papel da Educação Ambiental preconizado por importantes movimentos, dentre esses o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, (TEASS, 1992), quando lembra que a Educação Ambiental é um processo permanente baseado no respeito a todas as formas de vida e, acrescentaria ainda, no respeito para com a Terra, a Pachamama³ e tudo que nela existe e resiste.

Acreditamos também que as discussões trazidas neste ensaio/artigo contribuirão para o reconhecimento do papel desempenhado pelos coletivos “menores” no processo de resistência perante a determinadas estruturas de poder hegemônicas que ao imprimir e/ou impor seu modo/modelo, marcam e assujeitam à vida e tudo aquilo do qual ela depende. E ainda, para consolidar a importância da urgente necessidade de discutir o atual cenário de devastação do meio ambiente e, conseqüentemente, dos impactos socioambientais resultantes de práticas e de padrões de consumo e produção insustentáveis.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1 / Gilles Deleuze, Félix Guattari; tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. - São Paulo: Editora 34, 2011 (2ª edição).

DUARTE, Regina Horta. **História & natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Tradução de João Batista Kreuch; revisão técnica de Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves. – Petrópoli. RJ: Vozes, 2016.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. **Rumo ao Abismo?** Ensaio sobre o destino da humanidade. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

TEASS. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 29/04/2017.

TRISTÃO, Martha. **A Educação Ambiental na Formação de Professores – Rede de Saberes**. 1ª ed. São Paulo: Annablume; Vitória: FACITEC, 2008.

_____. Uma Abordagem Filosófica da Pesquisa em Educação Ambiental. *In: Revista Brasileira de Educação*. v.18, n. 55, out-dez., p.847–860, 2013.

³ Expressão utilizada pelos indígenas e povos tradicionais da América Andina que representa a divindade “Mãe Terra” com tudo que nela há.